

**Formulário de Resposta aos recursos - NODA M NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO –
AGENTE ADMINISTRATIVO**

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 36 TIPO 2: 34	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>I. Correta — A desapropriação realmente transfere a propriedade ao Estado mediante indenização prévia e em dinheiro, com exceção dos casos previstos no art. 182, § 4º, III, da CF (imóvel urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado), em que o pagamento pode ser feito com títulos da dívida pública. → V</p> <p>II. Correta – A requisição administrativa (art. 5º, XXV, CF) é temporária, compulsória, usada em caso de perigo público iminente, com indenização posterior apenas se houver dano. → V</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>III. Incorreta – A ocupação temporária pode ser medida administrativa autônoma (por exemplo, durante execução de obras ou serviços públicos), não exigindo necessariamente processo judicial prévio. → F</p> <p>IV. Correta – A servidão administrativa é o direito real de uso parcial da propriedade para fins de utilidade pública, com indenização proporcional ao prejuízo. → V</p> <p>Sequência correta: V – V – F – V</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 38</p> <p>TIPO 2: 36</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A responsabilidade civil do Estado por danos causados a terceiros, conforme estabelecido no artigo 37, §6º da Constituição Federal brasileira, é fundamentada na</p>	DEFERIDO	ALTERAR PARA LETRA B

	<p>teoria do risco administrativo. Essa teoria determina que o Estado possui o dever de indenizar os danos decorrentes de suas atividades administrativas independentemente da existência de dolo ou culpa por parte dos agentes públicos, caracterizando assim uma responsabilidade objetiva.</p> <p>No entanto, essa responsabilidade não é absoluta. A legislação prevê situações específicas que podem excluir ou atenuar a obrigação de indenizar por parte do Estado. Entre essas situações estão:</p> <p>Caso fortuito ou força maior (eventos imprevisíveis e inevitáveis que quebram o nexos causal);</p> <p>Culpa exclusiva da vítima (quando o dano foi provocado única e diretamente pela conduta da própria vítima);</p> <p>Fato de terceiro (quando um agente externo, alheio à administração pública, é o único responsável pelo dano).</p>		
--	--	--	--

	<p>Essas exceções estão previstas na jurisprudência e na doutrina, alinhadas ao princípio da razoabilidade. É importante destacar que o Brasil não adota a teoria do risco integral, que excluiria qualquer possibilidade de excludentes de responsabilidade, incluindo força maior ou culpa da vítima.</p> <p>Portanto, a alternativa correta que preenche as lacunas do texto é a (B).</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO E GABARITO ALTERADO.</p>		
--	--	--	--